

PROFESSOR II: HISTÓRIA

Nome:

Inscrição:



Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime! Previsto no art. 311-A do Código Penal



PROVAS DO
TURNO DA
TARDE

Sobre a verificação do material recebido:

- ✓ Confira seu nome, o número do documento e o número de inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal.
- ✓ Verifique também seu Caderno de Questões quanto a possíveis falhas de impressão ou numeração.
- ✓ O não cumprimento de qualquer uma das determinações contidas no Edital, no Caderno de Questões ou na Folha de Respostas resultará na eliminação do candidato.

Sobre a devolução do material:

- ✓ O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas.
- ✓ Na Folha de Respostas, preencha corretamente o campo destinado à sua assinatura.
- ✓ Para as questões objetivas, marque apenas uma alternativa por item na Folha de Respostas.
- ✓ Somente canetas esferográficas de cor azul ou preta são permitidas para preencher a Folha de Respostas. Este documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.

Sobre a divulgação das provas e gabaritos:

- ✓ As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme previsto no Edital.

Sobre as proibições no local de prova:

- ✓ É proibido folhear o Caderno de Questões antes do horário de início da prova estabelecido em Edital.
- ✓ Não é permitida qualquer comunicação entre os candidatos durante a prova.
- ✓ É proibido o uso de aparelhos eletrônicos, como celulares, receptores, gravadores, entre outros.
- ✓ É proibido anotar o gabarito fora da Folha de Respostas.

CONHECIMENTOS GERAIS

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 4.

Julgue os itens a seguir, relativos à didática e à prática histórico-cultural.

1. Na perspectiva histórico-cultural, o conceito de "zona de desenvolvimento proximal" refere-se à diferença entre o que o aluno é capaz de realizar de forma independente e o que ele pode alcançar com a orientação de um professor ou interação com colegas mais experientes.

2. A prática didática baseada na teoria histórico-cultural sugere que o ensino deve ser estruturado de forma flexível, enfatizando que os conteúdos e métodos sejam definidos previamente pelo professor a partir dos parâmetros do currículo escolar.

3. A abordagem histórico-cultural na didática enfatiza que o desenvolvimento cognitivo do aluno ocorre em sintonia com a condução da aula feita pelo professor, independentemente das interações sociais e culturais que ele vivencia, uma vez que o foco principal é a internalização de conteúdos acadêmicos por meio de processos mentais.

4. Na perspectiva histórico-cultural, a mediação é um conceito central que se refere ao papel das ferramentas e signos (como a linguagem, os símbolos, os números, e outros artefatos culturais) no processo de aprendizagem.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 5 a 8.

Com relação as práticas de letramento e multiletramentos, julgue os itens seguintes.

5. As práticas de multiletramentos reconhecem a multiplicidade de modos de comunicação e significação presentes nas diversas culturas e contextos sociais, ampliando o conceito tradicional de letramento para incluir não apenas a escrita e leitura, mas também outros modos semióticos, como imagens, sons e gestos.

6. Em um ambiente de multiletramento, o ensino e a aprendizagem são vistos como processos colaborativos em que os alunos são incentivados a trabalhar em grupo, utilizando diferentes mídias e linguagens para co-criar e compartilhar conhecimentos.

7. As práticas de letramento são neutras em relação ao contexto social, sendo aplicáveis de maneira uniforme em diferentes realidades culturais, uma vez que a alfabetização e a aquisição de habilidades de leitura e escrita devem seguir os mesmos princípios universais.

8. A abordagem de letramento crítico propõe que o processo de ensino da leitura e escrita deve incluir a análise e a reflexão crítica sobre os textos, considerando as relações de poder, ideologia e identidade que permeiam as práticas sociais de linguagem.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 9 a 12.

Julgue os próximos itens, acerca da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade do conhecimento.

9. Em um contexto pedagógico, a prática da interdisciplinaridade busca organizar projetos temáticos que integram conteúdos de diferentes disciplinas, para além da necessidade de promover uma reflexão sobre as conexões entre esses conhecimentos.

10. A transdisciplinaridade ultrapassa os limites das disciplinas acadêmicas tradicionais, promovendo uma síntese de conhecimentos que integra diferentes perspectivas e vai além da simples soma das partes.

11. A transdisciplinaridade, ao romper com a fragmentação do conhecimento, oferece uma abordagem que é capaz de integrar conhecimentos científicos, artísticos e culturais, contribuindo para a formação de um pensamento mais complexo e sistêmico.

12. A interdisciplinaridade, ao integrar diferentes áreas do conhecimento, exige que cada disciplina renuncie a seus princípios e métodos específicos, em prol da criação de um campo único e homogêneo de saber.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 13 a 16.

"[...] Inicialmente, o significado de políticas públicas estava voltado quase que exclusivamente como ações governamentais, ou seja, ações executadas por um ente estatal a partir de demandas captadas, negociadas, transformadas e oferecidas à sociedade. Com o passar do tempo, segundo Teixeira (2012), o significado de políticas públicas passou a ser concebido como um conjunto de diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do estado. Estas políticas são explicitadas através de documentos escritos e que visam

o bem comum de determinado interesse público, como por exemplo o bem-estar das crianças e adolescentes; trabalhadores; idosos, aplicação de verba pública em infraestrutura, dentre outros."

Tendo o fragmento do artigo acima como referência inicial e considerando a relevância do tema por ele tratado, julgue os itens seguintes.

Fonte: NASCIMENTO, E. A. S.; SANTOS, G. V.; CRUVINEK, S. P.; SILVA, J. M. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: EDUCAÇÃO BÁSICA E DE QUALIDADE. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.9.n.07. jul. 2023, p. 21.

13. As políticas públicas para a Educação Básica no Brasil, ao adotarem o princípio da gestão democrática nas escolas, garantem que todas as decisões pedagógicas e administrativas sejam tomadas exclusivamente por meio de consultas à comunidade escolar, assegurando a participação direta de todos os atores envolvidos.

14. As políticas públicas para a Educação Básica no Brasil priorizam a Educação Infantil, considerando que o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos estudantes nas demais etapas tem impacto limitado na aprendizagem geral.

15. A implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014-2024 visa, entre outros objetivos, à universalização do atendimento escolar para a população de 4 a 17 anos, garantindo o acesso à Educação Básica em todas as suas etapas, como forma de promover a inclusão social e reduzir as desigualdades educacionais no país.

16. O Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) foi concebido como uma política pública permanente, que garante recursos financeiros contínuos e suficientes para o desenvolvimento da educação básica no Brasil, independentemente de revisões periódicas ou ajustes nas suas regras de distribuição.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 17 a 20.

Infecções silenciosas ameaçam triatletas em Paris

Há mais do que *Escherichia coli* — bactéria responsável por diversas infecções — para os competidores da natação olímpica se preocuparem. Outras doenças provenientes de águas poluídas demoram mais para se manifestar e ainda podem aparecer.

A equipe belga de triatlo desistiu da competição olímpica depois que sua principal nadadora, Claire Michel, adoeceu. Embora o jornal "De Standaard" tenha relatado

que ela foi infectada pela bactéria "E. coli", outros não confirmaram isso. Ontem, a delegação corrigiu outros rumores online sobre uma hospitalização contínua de sua atleta: "Claire Michel não está no hospital há quatro dias."

Muitos atribuíram a doença de Michel à poluição do Rio Sena. Antes de sua contaminação, autoridades cancelaram duas corridas-teste devido aos altos níveis de bactérias na água.

Apenas outros três triatletas estão doentes, e não há uma ligação clara com a natação no Sena. Adrien Briffod supostamente "adoeceu com uma infecção estomacal". Simon Westermann também, mas ele não havia nadado no Sena. O norueguês Vetle Bergsvik Thorn desenvolveu vômito um dia após competir no triatlo, mas achou que poderia ser uma intoxicação alimentar. Thorn pode estar certo. Norovírus, rotavírus, Salmonella e outras gastroenterites foram consideradas bastante prováveis em Paris.

Acesso em: <https://tinyurl.com/mtc4w5fe>

17. Depreende-se do texto que todos os triatletas que adoeceram tiveram contato direto com a água do Rio Sena.

18. De acordo com o texto, a contaminação do Rio Sena é uma preocupação relevante para os competidores de natação, visto que duas corridas-teste foram canceladas devido a altos níveis de bactérias na água.

19. É possível afirmar que a poluição do Rio Sena é suspeita de estar relacionada à doença de alguns triatletas, embora outros fatores, como intoxicação alimentar, também sejam considerados.

20. Infere-se do texto que a nadadora Claire Michel foi hospitalizada por quatro dias, devido a uma infecção bacteriana após nadar no Rio Sena.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 21 a 24.

Obesidade no Brasil e o alerta para mais casos de câncer

A última edição do Congresso Internacional sobre Obesidade, realizado no mês de junho, em São Paulo, trouxe números alarmantes sobre o Brasil. Infelizmente, no entanto, os dados não surpreendem e comprovam a tendência que outras pesquisas já vinham mostrando. Quase metade dos adultos brasileiros estará obesa e outros 27% estarão com sobrepeso em 20 anos. Serão aproximadamente 130 milhões de brasileiros acima do peso, até 2044.

Atualmente, 56% dos adultos brasileiros já enfrentam problemas de peso, com 34% classificados como obesos e 22% como com sobrepeso. A prevalência de

obesidade no Brasil quase dobrou entre 2006 e 2019, evidenciando uma tendência preocupante e acelerada. Especialistas referem-se a essa situação como uma 'epidemia' de obesidade e alertam para a necessidade urgente de intervenções governamentais focadas em políticas de prevenção.

Um dado ainda mais espantoso é o crescimento da obesidade infantil. Atualmente, existem mais crianças obesas ou com sobrepeso do que desnutridas no mundo. O excesso de peso em qualquer fase da vida é preocupante, mas durante a infância, quando hábitos e preferências alimentares são formados, o impacto é ainda mais significativo. Nesse contexto, o papel dos adultos é fundamental, pois são eles que devem estabelecer exemplos de alimentação e hábitos saudáveis, como o consumo de legumes, verduras e frutas, evitar bebidas açucaradas e promover a atividade física.

A obesidade está diretamente ligada a uma série de doenças graves, incluindo doenças cardiovasculares, metabólicas, neurológicas, psiquiátricas e diversos tipos de câncer. Estudos mostram que a obesidade aumenta o risco de pelo menos 13 tipos diferentes de câncer, incluindo câncer de mama pós-menopausa, câncer colorretal, câncer de endométrio, câncer de rim e câncer de pâncreas.

Indivíduos obesos têm uma maior probabilidade de desenvolver câncer devido a fatores como inflamação crônica, níveis elevados de insulina e alterações hormonais. Essa relação sublinha a necessidade de medidas urgentes e eficazes para combater a obesidade.

Alguns países já implementaram políticas para reduzir o consumo de açúcar e combater a obesidade. O Reino Unido, por exemplo, introduziu em abril de 2018 uma taxa de 24 centavos por litro sobre bebidas açucaradas com mais de 8 gramas de açúcar por 100 ml. Essa medida visa reduzir o consumo de açúcar entre os jovens e combater a obesidade infantil, que continua a crescer no país. Resultados preliminares mostram uma diminuição de 8% na obesidade entre meninas de 10 a 11 anos, especialmente naquelas que vivem em áreas mais carentes.

Outros países como Bélgica, França, Hungria e México também adotaram alguma forma de taxa sobre bebidas açucaradas, seguindo uma tendência que começou nos países escandinavos há muitos anos. Essas medidas mostram-se eficazes e são exemplos que o Brasil poderia considerar para enfrentar sua própria crise de obesidade.

O Brasil está diante de uma crise de saúde pública de grandes proporções. É essencial que os governos implementem políticas preventivas e educativas para reverter essa tendência. O futuro da saúde de milhões de brasileiros depende de ações imediatas e efetivas. Se não agirmos agora, as consequências para a saúde pública e para o sistema de saúde podem ser devastadoras.

Acesso em: <https://tinyurl.com/3vsvj3ez>

21. É possível afirmar que a obesidade infantil não é uma preocupação global, sendo um problema restrito a países desenvolvidos.

22. De acordo com o texto, a prevalência de obesidade no Brasil aumentou significativamente entre 2006 e 2019, quase dobrando nesse período.

23. Depreende-se do texto que, até 2044, mais de 50% da população brasileira estará com obesidade ou sobrepeso.

24. Infere-se do texto que o Brasil já implementou uma política de taxa sobre bebidas açucaradas semelhante à do Reino Unido para combater a obesidade.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 25 a 28.

Quais são as origens antigas dos signos do zodíaco?

A prática da astrologia teve origem na antiga Mesopotâmia, no segundo milênio a.C. "Na cidade da Babilônia, as estrelas e os planetas eram usados para interpretar presságios dos deuses", diz Jasmine Elmer, classicista e especialista em mundo antigo, baseada no Reino Unido.

Entretanto, apenas algumas pessoas eram consideradas qualificadas para fazer essas interpretações. Os sacerdotes babilônicos tinham a tarefa de detalhar como os corpos celestes afetariam a sociedade, especialmente o rei e o Estado. Isso é evidenciado no Enuma Anu Enli, uma série de 70 tábuas cuneiformes que contêm cerca de 7 mil presságios celestes.

Os babilônios desenvolveram 12 signos astrológicos, alguns dos quais foram posteriormente incorporados ao zodíaco ocidental. No entanto, foram os gregos antigos que deram a esses 12 signos estelares o nome de constelações e os associaram a datas específicas com base em seu alinhamento com a órbita do sol. Esses signos são Áries, Touro, Gêmeos, Câncer, Leão, Virgem, Libra, Escorpião, Sagitário, Capricórnio, Aquário e Peixes. Além disso, "zodíaco" tem origem na frase grega zōdiakos kyklos, que significa "círculo de animais".

Apesar das contribuições dos gregos para a astrologia, os horóscopos não eram predominantes na Grécia antiga. Em vez disso, o foco era usar as estrelas para se conectar com os deuses por meio da adivinhação, "que é essencialmente qualquer tipo de prática ritual que tenha a ver com conversar com os deuses", diz Elmer. Com o tempo, a astrologia babilônica, que interpretava eventos celestes, fundiu-se com as práticas de adivinhação gregas. Essa mistura levou ao desenvolvimento dos horóscopos mais personalizados que vemos hoje.

Acesso em: <https://tinyurl.com/4jtv8hek>

25. Depreende-se do texto que os sacerdotes babilônicos eram considerados as únicas pessoas qualificadas para interpretar os presságios dos deuses através dos corpos celestes.

26. De acordo com o texto, a prática da astrologia começou na Babilônia e se expandiu para outras culturas ao longo do tempo.

27. É possível afirmar que os gregos criaram os 12 signos astrológicos e os associaram a datas específicas.

28. Infere-se do texto que os horóscopos eram amplamente usados na Grécia antiga para prever o futuro das pessoas comuns.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 29 a 30.

'Jogo do tigrinho' e outros cassinos online contratam influenciadores mirins

Jogos de azar na internet, entre eles o que ficou popularmente conhecido como "jogo do tigrinho", estão pagando influenciadores mirins brasileiros para divulgar as casas de apostas para crianças e adolescentes no Instagram.

A estratégia agressiva de promoção dos jogos de azar na internet, que já é conhecida por usuários de redes sociais, agora está sendo direcionada especificamente para os perfis de crianças e adolescentes, mostra uma investigação do Instituto Alana, organização voltada à proteção dos direitos das crianças.

As crianças e adolescentes que têm feito a divulgação dos jogos de azar tem entre 6 e 16 anos e um grande alcance entre brasileiros — os canais têm entre 200 mil e mais de 9,5 milhões de seguidores, muitos deles também crianças.

Os jogos de azar são ilegais e proibidos no Brasil. Divulgá-los e promover seu uso por crianças e adolescentes fere leis de proteção à infância e regras de entidades como o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar).

O envolvimento de crianças em jogos de azar e a publicidade deles para essa faixa etária são considerados ainda especialmente danosos por médicos por se tratar de uma idade em que há uma maior vulnerabilidade ao vício.

Acesso em: <https://tinyurl.com/c4f2u2wj>

29. De acordo com o texto, o envolvimento de crianças em jogos de azar é visto como especialmente prejudicial por médicos, devido à vulnerabilidade ao vício nessa faixa etária.

30. É possível afirmar que o "jogo do tigrinho" é legal no Brasil e pode ser promovido livremente nas redes sociais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 31 a 34.

Julgue os itens a seguir, relativos ao surgimento e expansão do islamismo.

31. A expansão islâmica na Península Ibérica foi pacífica, resultado de acordos entre os governantes visigodos e as forças islâmicas, sem a necessidade de batalhas ou resistência significativa.

32. O conceito de "Dhimmi" no período de expansão islâmica referia-se aos povos que se convertiam ao Islã e, por isso, eram obrigados a pagar o imposto de jizya em troca de proteção e autonomia religiosa.

33. A Hégira, a migração de Maomé de Meca para Medina em 622 d.C., marca o início do calendário islâmico. Essa migração foi um movimento principalmente militar, voltado para a conquista de Meca.

34. Durante o Califado Abássida, a cidade de Bagdá tornou-se um centro intelectual e cultural de influência mundial, atraindo estudiosos de várias partes do mundo islâmico, mas a expansão territorial do Islã praticamente cessou nesse período.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 35 a 38.

Analise as afirmações a seguir, acerca dos povos da Antiguidade:

35. A organização social da Grécia Arcaica era baseada em uma rígida divisão de classes, nas quais os hilotas, uma classe de camponeses livres, possuíam direitos políticos limitados, mas participavam das assembleias e tinham voz nas decisões militares de Esparta.

36. O sistema político das cidades-estado na Mesopotâmia, como Ur e Babilônia, era caracterizado por uma monarquia teocrática, onde o rei, considerado representante dos deuses na Terra, detinha poder significativo sobre as esferas da vida social.

37. A administração centralizada e burocrática do Império Persa sob o comando de Ciro, o Grande, foi responsável por introduzir o conceito de "Satrapias", regiões administrativas autônomas que tinham plena independência política e econômica, sem interferência do poder central.

38. A escrita entre os fenícios foi um marco significativo na história da humanidade, pois eles desenvolveram um dos primeiros sistemas alfabéticos conhecidos. Esse alfabeto, composto por 22 consoantes, era simples e eficiente, facilitando a comunicação e o comércio ao longo do Mediterrâneo.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 39 a 42.

Com relação aos modos de vida no medievo da Europa Ocidental e Oriental, julgue as afirmações abaixo:

39. Na Europa Ocidental medieval, a economia feudal era caracterizada pela autossuficiência das unidades produtivas chamadas feudos, onde a produção agrícola era exclusivamente voltada para o consumo interno, sem comércio ou trocas entre os feudos.

40. Na Europa Ocidental, durante o período medieval, as cidades desempenhavam um papel secundário na economia, sendo superadas em importância pelos mosteiros, que concentravam a maior parte da produção e distribuição de bens.

41. A estrutura social na Europa Oriental medieval, especialmente no Império Bizantino, era marcada por uma rígida hierarquia, através da qual a aristocracia e a burocracia imperial ocupavam posições de destaque. A sociedade era estratificada, com o imperador no topo, seguido por nobres, clérigos e uma classe média composta por comerciantes e artesãos, enquanto camponeses e servos constituíam a base da pirâmide social.

42. O Hesicasmo era uma tradição mística que enfatizava a quietude interior, a meditação e a repetição da "Oração de Jesus" como meios de alcançar a união com Deus. Essa prática influenciou a teologia ortodoxa e a arte bizantina, levando ao desenvolvimento de iconografias e de uma profunda espiritualidade que permeava a vida cotidiana, especialmente nos mosteiros.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 43 a 46.

"Em 1994, o Plano Real permitiu a Fernando Henrique

Cardoso uma vitória relativamente fácil sobre o candidato da esquerda, hoje presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. FHC retomou o projeto neoliberal de inserção no processo de globalização econômica iniciado por Collor de forma mais bem articulada e com estabilidade na execução do processo. Luiz Felipe Lampreia foi nomeado ministro das Relações Exteriores e Pedro Malan, ministro da Fazenda, este último um homem completamente identificado com o programa do FMI e do Banco Mundial, expresso no Consenso de Washington. O presidente representava o novo político dos anos 1990: jovial, contra a 'política tradicional', poliglota e intelectualizado."

Tendo o fragmento do artigo acima como referência inicial e considerando a relevância do tema por ele tratado, julgue os itens seguintes.

Paulo Fagundes Vizentini. De FHC a Lula Uma década de política externa (1995-2005). Civitas: Revista de Ciências Sociais, v. 5. n. 2, jul.-dez. 2005, p. 382.

43. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a reforma agrária foi uma das prioridades, resultando em uma redistribuição massiva de terras que reduziu significativamente os conflitos agrários no Brasil.

44. A política de privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso foi fundamental para atrair investimentos estrangeiros e modernizar a infraestrutura do país, mas também enfrentou críticas pela falta de transparência e pelo impacto social nas áreas afetadas.

45. A política externa do governo Fernando Henrique Cardoso foi marcada por um fortalecimento das relações diplomáticas com países emergentes e desenvolvidos, buscando novas parcerias estratégicas e maior influência nas negociações multilaterais.

46. A implementação do Plano Real durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foi exclusivamente uma política de estabilização monetária, sem impacto significativo nas reformas estruturais do Estado brasileiro, como as reformas administrativas e previdenciárias.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 47 a 50.

Julgue os itens a seguir, relativos às sociedades pré-colombianas.

47. A sociedade maia era altamente descentralizada, com cidades-estados independentes que compartilhavam uma língua e uma cultura comuns, mas nunca formaram uma unidade política coesa, mesmo durante os períodos de maior expansão territorial.

48. O Império Inca, conhecido por seu extenso sistema de estradas e comunicação, operava sob uma economia de mercado altamente desenvolvida, na qual o comércio e a moeda eram centrais para a distribuição de recursos através de suas vastas terras.

49. A sociedade asteca praticava o "chinampa", uma técnica agrícola que permitiu o florescimento de sua civilização na região dos grandes lagos do México, mas dependia exclusivamente da irrigação natural, sem necessidade de sistemas de controle hídrico.

50. Os olmecas, muitas vezes considerados a "cultura-mãe" da Mesoamérica, desenvolveram um sistema de escrita hieroglífica complexo, que foi posteriormente adaptado e ampliado por outras civilizações como os maias e os astecas.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 51 a 54.

Sobre os povos originários do Brasil e do Estado de Pernambuco, julgue as afirmativas abaixo:

51. Durante o período colonial, os Caetés, um dos principais povos originários de Pernambuco, resistiram ativamente à colonização portuguesa, culminando no episódio histórico do naufrágio e subsequente morte de Dom Pero Fernandes Sardinha, primeiro bispo do Brasil, pelos indígenas em 1556.

52. Os povos Tabajaras, que também habitavam a região de Pernambuco, estabeleceram alianças estratégicas com os portugueses durante a invasão holandesa, o que lhes garantiu uma posição de relativa autonomia e influenciou as dinâmicas de poder locais no período colonial.

53. Os Tupiniquim, um dos povos originários presentes no litoral brasileiro, foram os principais aliados dos colonizadores portugueses na expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, mas tiveram pouca influência na resistência indígena no território de Pernambuco durante o período colonial.

54. Os povos indígenas que habitavam o território de Pernambuco antes da chegada dos europeus, como os Caetés e os Tabajaras, praticavam a agricultura de subsistência, cultivando principalmente mandioca, milho e feijão, o que lhes permitia manter uma organização social complexa baseada em aldeias estáveis.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 55 a 58.

"O Conde Maurício de Nassau desembarcou no Recife em janeiro de 1637, com amplos poderes e decidido a mudar o espírito de inércia, decadência e corrupção que tomara a colônia. As áreas conquistadas ressentiam-se de colonos para povoar e fazer produtivas as terras abandonadas. Sem apoio da WIC para implantar colônias agrícolas, Maurício iniciou a cooptação de portugueses com base em uma política fiscal de incentivos e de tolerância, que nos Países Baixos havia surtido bons efeitos. Os resultados desta política não tardaram a aparecer. Enquanto até 1636 a companhia havia acumulado uma dívida de 18 milhões de florins (produto da emissão de títulos de obrigação a juros de 6 por cento ao ano), na administração de João Maurício a companhia acumulou lucro de 7,7 milhões de florins, advindos da exportação de açúcar e pau-brasil. Os comerciantes livres exportaram no mesmo período 20,3 milhões de florins."

Tendo o fragmento do artigo acima como referência inicial e considerando a relevância do tema por ele tratado, julgue os itens seguintes.

Marcos Galindo. Biblioteca Nacional Digital.

55. A administração de Maurício de Nassau no Nordeste do Brasil entre 1637 e 1644 foi marcada por políticas de tolerância religiosa, permitindo a prática de diferentes credos, incluindo o judaísmo, que prosperou na região durante esse período.

56. O apoio dos indígenas aos holandeses foi praticamente inexistente durante a ocupação do Nordeste do Brasil, uma vez que esses povos eram leais aos portugueses, devido a alianças históricas estabelecidas desde o início da colonização.

57. A resistência à ocupação holandesa no Nordeste do Brasil foi fortemente marcada pela aliança entre luso-brasileiros, indígenas e africanos, culminando na Batalha dos Guararapes em 1648, que é considerada o marco da identidade nacional brasileira.

58. A presença holandesa no Nordeste do Brasil estimulou o desenvolvimento da cartografia na região, com a produção de mapas detalhados que documentavam o território conquistado, incluindo relevos, rios e áreas de cultivo de açúcar.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 59 a 62.

Julgue os próximos itens, acerca do Renascimento, da Reforma Protestante e da Contrarreforma:

59. Durante o Renascimento, a obra de Marsilio Ficino sobre a tradução dos textos de Platão influenciou

diretamente o pensamento de Martinho Lutero, que adotou a visão neoplatônica de Ficino em suas críticas à Igreja Católica.

60. O movimento humanista renascentista na Itália tinha pouca ou nenhuma relação com a Reforma Protestante, uma vez que os humanistas se concentravam exclusivamente em redescobrir os textos clássicos e ignoravam as questões religiosas de seu tempo.

61. A Contrarreforma impulsionou a fundação de novas ordens religiosas, como a Companhia de Jesus, que se destacou não apenas na educação e na missão religiosa, mas também na produção de obras de arte e arquitetura barroca na América Latina, que influenciaram o estilo artístico da região.

62. A adoção da imprensa durante a Reforma Protestante foi fundamental para a disseminação das ideias de Lutero e seus seguidores, mas a Igreja Católica evitou completamente o uso desse meio durante a Contrarreforma, preferindo métodos tradicionais de disseminação de informações.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 63 a 66.

Com relação ao período regencial, julgue os itens seguintes:

63. A Sabinada (1837-1838) foi uma revolta de caráter separatista na Bahia, que, ao contrário de outras revoltas do período, tinha como objetivo imediato a criação de uma república independente da monarquia brasileira, sem qualquer intenção de reintegrar-se ao Império.

64. A criação da Guarda Nacional, em 1831, foi uma resposta às demandas de segurança interna no Brasil durante o Período Regencial. Ela serviu como uma força de defesa civil, composta por cidadãos armados, com o objetivo de manter a ordem pública e proteger o governo central de revoltas e insurreições regionais.

65. O Ato Adicional de 1834, que modificou a Constituição de 1824, concedeu maior autonomia às províncias brasileiras, mas manteve a centralização econômica, com todas as decisões fiscais e arrecadatórias sendo exclusivamente controladas pelo governo central.

66. A Cabanagem (1835-1840) foi uma revolta que contou com o apoio integral das elites da região amazônica, que, descontentes com o governo regencial, lideraram o movimento com o objetivo de criar um novo modelo econômico baseado na exploração de recursos

naturais.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 67 a 70.

"O século XIX, no Brasil, teve uma característica bem especial na nossa história. Ele foi marcado pela Monarquia (1822-1889), sendo a mais longa nação da América Latina com essa forma de governo. Esse momento de nossa história é dividido em dois reinados, o primeiro, governado por Dom Pedro I, e o segundo, que se inicia com o abandono do trono pelo primeiro Imperador, deixando o trono para seu filho Pedro de Alcântara, com apenas cinco anos de idade, ficando o governo, parcialmente, a cargo de um regente. Esse jovem imperador teve a sua maioridade antecipada aos quatorze anos devido a conturbações políticas que ocorriam no período regencial. Sua coroação, aos quinze anos de idade, deu início a seu longo reinado, que durou 49 anos, até o momento do Golpe Republicano, em 15 de novembro 1889."

Tendo o fragmento do artigo acima como referência inicial e considerando a relevância do tema por ele tratado, julgue os itens seguintes.

Castanho da Maia Petter, A. (2014). O SEGUNDO REINADO E A FIGURA D. PEDRO II NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA (1890-1910). Oficina Do Historiador, 2020.

67. O movimento abolicionista no Brasil, durante o Segundo Reinado, foi essencialmente uma mobilização das elites intelectuais e jurídicas das cidades, sem participação significativa dos setores populares, como escravizados e libertos, que tinham pouco ou nenhum papel nas discussões sobre o fim da escravidão.

68. A economia cafeeira durante o Segundo Reinado não só contribuiu para o enriquecimento das elites do Sudeste, mas também foi um dos principais fatores que atrasaram a industrialização do Brasil, devido ao foco quase exclusivo no setor agrícola e à resistência dos cafeicultores em investir na indústria.

69. A política externa do Brasil no Segundo Reinado foi marcada por um pragmatismo que levou à assinatura de diversos tratados com potências europeias, garantindo a neutralidade do Brasil em conflitos internacionais e evitando envolvimento direto em guerras, o que foi crucial para a estabilidade do império.

70. A introdução da Lei do Ventre Livre em 1871, que declarava livres os filhos de escravizadas nascidos a partir daquela data, teve um impacto imediato na economia cafeeira, levando à rápida substituição do trabalho escravo por trabalhadores assalariados em grande parte das fazendas do Vale do Paraíba.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 71 a 75.

Julgue os próximos itens, acerca da Primeira República:

71. O Convênio de Taubaté (1906) foi um acordo entre os principais estados produtores de café no Brasil, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que buscava estabilizar o preço do café no mercado internacional. O governo se comprometeu a comprar e estocar o excedente da produção, financiando essa operação por meio de empréstimos internacionais.

72. A "Política do Café com Leite", que dominou a Primeira República, era uma aliança formalizada entre São Paulo e Minas Gerais, que excluía completamente outros estados da disputa presidencial, garantindo que apenas políticos de São Paulo ou Minas ocupassem a presidência durante todo o período.

73. Durante a Primeira República, a chamada "Política dos Governadores" foi um acordo informal entre o governo federal e os estados, que garantia a estabilidade política através da exclusão sistemática dos grupos de oposição, inclusive nos níveis estadual e municipal, o que resultou em frequentes intervenções federais para garantir a ordem pública.

74. A República Velha foi marcada por uma descentralização fiscal que transferiu significativa autonomia financeira aos estados, permitindo-lhes controlar a arrecadação de impostos e a destinação de recursos. Essa descentralização reforçou o poder das oligarquias regionais, que dominavam a política local e nacional através do coronelismo.

75. A Revolta da Vacina, ocorrida no Rio de Janeiro em 1904, foi uma reação popular contra a campanha de vacinação obrigatória implementada pelo governo federal para combater surtos de varíola. A medida, parte de um conjunto de reformas urbanas e sanitárias, gerou grande insatisfação devido à falta de informação e à maneira autoritária com que foi imposta.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 76 a 79.

O direito à educação, entendido como um direito inalienável do ser humano, constitui o fundamento maior das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos.

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos – Resolução CNE-CEB nº 07/2010.

76. O regimento escolar deve assegurar as condições institucionais adequadas para a execução do Projeto político-pedagógico e a oferta de uma educação inclusiva e com qualidade social, igualmente garantida a ampla participação da comunidade escolar na sua elaboração.

77. A pertinência relaciona-se a quem alude à importância de tratar de forma diferenciada o que se apresenta como desigual no ponto de partida, com vistas a obter desenvolvimento e aprendizagens equiparáveis, assegurando a todos a igualdade de direito à educação.

78. A base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental constituem um todo integrado e não podem ser consideradas como dois blocos distintos.

79. O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, exclusivamente da matriz africana.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 80 a 84.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Lei nº 13.146/2015.

80. O 3º segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA), correspondente ao Ensino Médio, poderá ser ofertado na forma presencial e/ou a distância, e seus currículos serão compostos por formação geral básica e itinerários formativos, indissociavelmente. Os sistemas de ensino poderão organizar os cinco itinerários formativos integrados, sendo que até 960 (novecentas e sessenta) horas serão destinadas à BNCC e 240 (duzentas e quarenta) horas para o itinerário formativo escolhido.

81. São conhecidas como barreiras atitudinais, qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.

82. É de competência do Sistema Único de Saúde (SUS) desenvolver ações destinadas à prevenção de deficiências por causas evitáveis, inclusive por aprimoramento do atendimento neonatal, com a oferta de ações e serviços de prevenção de danos cerebrais e

sequelas neurológicas em recém-nascidos, inclusive por telessaúde.

83. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida. É dever, exclusivo do Estado, assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

84. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, deve haver a disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 85 a 88.

A Resolução CNE/CEB nº 1 de 28 de maio de 2021, institui as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além da Educação de Jovens e Adultos a Distância.

Resolução CNE/CEB nº1/2021.

85. Na Educação de Jovens e Adultos (EJA) Combinada, a carga horária direta deverá ser de, no mínimo, 30% (trinta por cento), com a presença do professor como mediador dos conhecimentos, conteúdos e experiências. Já na carga horária indireta, que deverá ser de no máximo 70% (setenta por cento) da carga horária exigida para a EJA, a execução de atividades pedagógicas complementares, deve ser elaborada pelo professor regente.

86. Será estabelecido, pelos sistemas de ensino, o processo de avaliação da Educação de Jovens e Adultos (EJA), desenvolvida por meio da Educação a Distância (EaD), no qual haverá, autoavaliação e avaliação em grupos, presenciais ou a distância.

87. A Língua Inglesa é um componente curricular de oferta obrigatória, desde o 1º segmento dos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA,) referentes às séries finais do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano.

88. A oferta da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) poderá ser dada na seguinte forma: Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional, em cursos de qualificação profissional ou de Formação Técnica de Nível Médio.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 89 a 92.

As diretrizes e bases da educação nacional estão estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) instituída por lei federal, estabelece que a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Lei nº 9.394/1996.

89. O sistema federal de ensino é compreendido, entre outros órgãos, pelas instituições de ensino mantidas pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal.

90. O acesso à educação básica obrigatória é direito público-privado, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.

91. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas.

92. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 93 a 96.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e contemplam os princípios e fundamentos definidos na legislação para orientar as políticas públicas educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, planejamento, implementação e avaliação das propostas curriculares das instituições ou redes de ensino públicas e privadas que ofertam o ensino médio.

Resolução CNE/CEB nº 03/2018.

93. O currículo deve contemplar tratamento metodológico que evidencie a contextualização, a diversificação e a transdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos, contemplando vivências práticas e vinculando a educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social e possibilitando o aproveitamento de estudos e o reconhecimento de saberes adquiridos nas experiências pessoais, sociais e do trabalho.

94. O ensino médio em todas as suas modalidades de ensino e as suas formas de organização e oferta, além dos princípios gerais estabelecidos para a educação nacional na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), também será orientado pelo princípio específico da sustentabilidade ambiental.

95. A ciência é conceituada na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, ampliada como impulsionador do desenvolvimento cognitivo, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência.

96. O ensino médio pode organizar-se em tempos escolares no formato de séries anuais, períodos semestrais, ciclos, módulos, sistema de créditos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 97 a 100.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecido por Lei Federal, está pautado nos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando-se-lhes, por Lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Lei Federal nº 8.069/1990.

97. Considera-se criança a pessoa até onze anos de idade incompletos; e adolescente aquela entre onze e dezoito anos de idade.

98. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente terá a penalidade de multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais).

99. Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecendo os limites estipulados pela Lei Federal.

100. Os crimes praticados contra a criança e o adolescente ocorrem somente por ação, sem prejuízo do disposto na legislação penal.

Não destacar. Folha para rascunho.

Não destacar. Folha para rascunho.

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26 _____

27 _____

28 _____

29 _____

RAASCUNHO